

MAPA DA VIOLÊNCIA 2010

ANATOMIA DOS HOMICÍDIOS NO BRASIL

SUMÁRIO EXECUTIVO

SUMÁRIO EXECUTIVO

MAPA DA VIOLÊNCIA 2010: ANATOMIA DOS HOMICÍDIOS NO BRASIL

No ano de 1998 publicou-se o primeiro *Mapa da violência*¹. Pretendia-se, com esse trabalho, realizar uma leitura social das mortes violentas na juventude brasileira. Com esse propósito, atualizamos dados decenais sobre a mortalidade por causas violentas no país. Mais quatro *Mapas* foram divulgados bienalmente após o primeiro, sempre com o subtítulo *Os jovens do Brasil*.

Em 2006 propôs-se a estruturação de uma nova série de *Mapas*, centrados agora na situação e evolução da mortalidade violenta nos 5,6 mil municípios do país. A série receberia o nome de *Mapa da violência dos municípios brasileiros*, e sua segunda edição viria em 2008.

Instituições ligadas à problemática da criança e da adolescência trouxeram-nos a necessidade de avaliar outras faixas etárias além da tradicional “juventude”. Isso nos levou a propor um estudo mais pontual em 2009, centrado em homicídios por um lado, e em várias faixas etárias por outro lado (infância, adolescência, juventude), segundo a definição dos diversos instrumentos legais do país.

Esse é o objetivo deste novo *Mapa*: verificar a estruturação histórica, as características e as tendências da violência homicida no país, nas diversas faixas etárias significativas da população. Tomando como foco a violência homicida, estudam-se os desdobramentos não só no Estados, capitais e regiões metropolitanas, mas também nos municípios. Não sendo possível cobrir a totalidade dos municípios do país, optou-se por listar, em cada capítulo referente às faixas etárias, os 300 municípios mais violentos do Brasil. No *site* da instituição² deixamos uma planilha no formato MS Excel com a totalidade dos dados referentes aos 5.564 municípios do país.

Os dados utilizados no presente estudo têm a sua origem nas seguintes fontes:

¹ WAISELFISZ, J.J. *Mapa da violência: os jovens do Brasil*. Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Garamond, 1998.

² www.institutosangari.org.br/mapadaviolencia.

- Homicídios e população do Brasil: Subsistema de Informações de Mortalidade – SIM – e DATASUS, ambos do Ministério da Saúde – MS.
- Homicídios e população internacional: WHOSIS (Sistema de Informação Estatística da Organização Mundial da Saúde) e as estatísticas internacionais do Censo norte-americano (US Census Bureau).

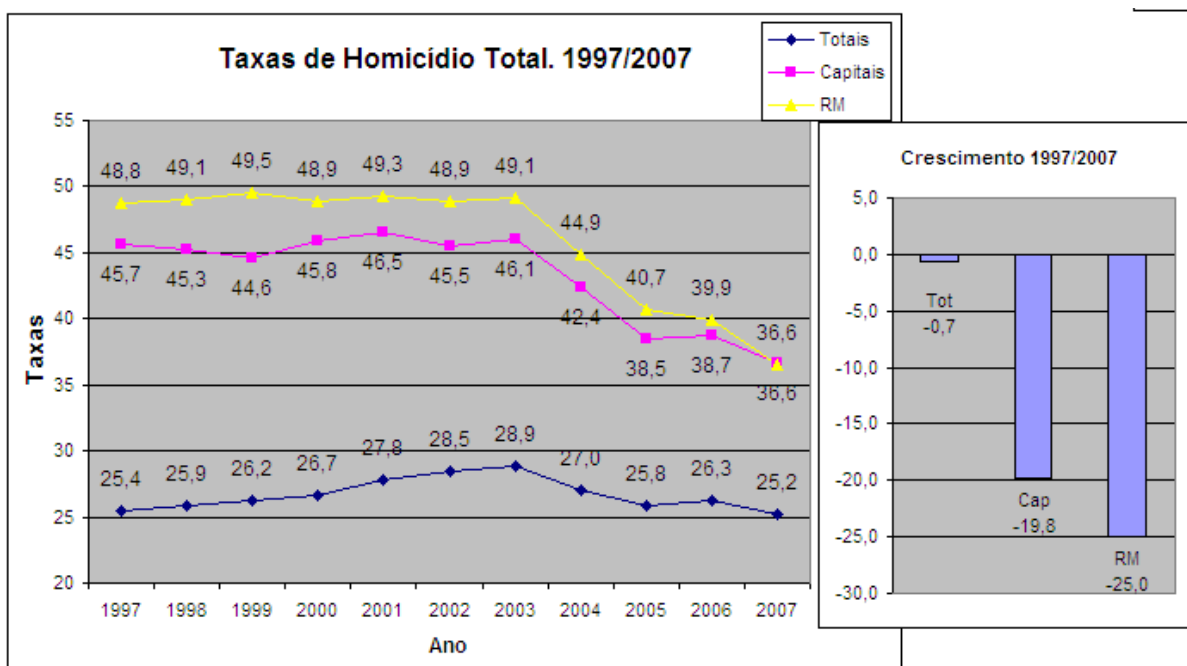
Dentre as causas de óbito estabelecidas pelo SIM, foi utilizado o agrupamento X85 a Y09, que recebe o título genérico de *Agressões*. Este capítulo enfoca a agressão realizada por terceiros com qualquer meio para provocar danos, lesões ou a morte da vítima.

Os dados expostos aqui permitem afirmar que os anos de 1997 a 2007 constituem uma década atípica na história recente da violência do país. Pela primeira vez desde que foram disponibilizados os primeiros dados de mortalidade pelo Ministério da Saúde, em 1979, é possível observar uma queda nos índices de homicídio do país. Até 2003 os índices de homicídio foram crescendo com assustadora regularidade, em taxas superiores a 5% ao ano. A partir desse ano, as taxas de homicídio mostram uma tendência declinante inédita no país.

Que conjunturas explicam essa reversão? Pensamos que foram, fundamentalmente, dois fatores relativamente independentes:

Por um lado, o Estatuto do Desarmamento, que entrou em vigor nos últimos dias de 2003, tornando mais rígidas as penas por porte e/ou posse de armas de fogo; e a conseqüente Campanha do Desarmamento, iniciada em meados de 2004, que retirou muitas armas de circulação pela entrega voluntária (com contraprestação financeira).

Por outro lado, o sucesso de políticas estaduais em uns poucos estados do País cujo grande peso demográfico afeta significativamente as taxas nacionais.



O Estado de São Paulo inicia esse processo na virada do século XXI. Minas Gerais, que experimentara um brutal crescimento até 2004, passando de 1546 homicídios por ano para 4241 por ano, inicia em 2005 um significativo processo de redução. Devemos mencionar também o Rio de Janeiro, líder histórico dos índices de violência homicida do país, que a partir de 2003 começa a evidenciar uma tendência de queda em suas taxas, de forma lenta mas sistemática. Não devemos esquecer que, no ano 2000, esses três Estados concentravam 41% da população e 55% dos homicídios cometidos no ano. Torna-se óbvio que qualquer alteração nesses Estados, pelo seu peso, terá visível repercussão nas taxas nacionais.

Como contraponto a essas quedas, para os demais Estados do País a década foi de estagnação, como nos casos de Pernambuco, Espírito Santo, Rondônia ou Acre, ou de crescimento – bastante significativo em alguns casos, como no Maranhão, em Alagoas e no Piauí.

Com isso, no início e fim dessa década, a situação do País permaneceu praticamente inalterada: 25,4 homicídios por 100 mil habitantes no ano de 1997, e 25,2 homicídios por 100 mil habitantes em 2007.

Diferente foi o percurso das capitais e regiões metropolitanas do País. Nelas, tanto os números absolutos de homicídios quanto os relativos (considerando as populações) evidenciam quedas bem significativas entre 1997 e 2007, chegando a 25% nas regiões metropolitanas e 19,8% nas capitais. Também o movimento ao longo da década foi diferente: estagnação nas taxas até 2003, quando nos Estados os aumentos são sistemáticos e significativos, e quedas bem pronunciadas a partir de 2004.

Os fatores explicativos dessas quedas são os mesmos: Estatuto e Campanha do Desarmamento, aliadas a políticas estaduais que resultaram efetivas em uns poucos Estados com grande peso demográfico: Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Essas diferenças de evolução entre os Estados reconfiguraram o panorama nacional. Um estado como Alagoas, que até há poucos anos apresentava taxas moderadas e abaixo da média nacional, passa a liderar em pouco tempo o triste *ranking* da violência homicida, com crescimento vertiginoso a partir de 1999. De forma semelhante, Paraná, Pará e Bahia, que em 1997 apresentavam índices relativamente baixos, em 2007 passam a ocupar lugares de destaque nesse mapa da violência. No sentido contrário, São Paulo, que com sua taxa de 29,1 homicídios em 1997 ocupava a 5ª posição nacional, vê em dez anos as taxas caírem para 17,1 homicídios por 100 mil habitantes (25ª posição).

Tabela 3.1.3. Ordenamento das Unidades da Federação por Taxas de Homicídio (em 100.000) na População Total. 1997/2007

UF	1997		2007	
	Taxa	Pos.	Taxa	Pos.
Alagoas	24,4	14º	59,6	1º
Pernambuco	51,7	2º	55,6	2º
Espírito Santo	51,0	3º	54,4	3º
Rio de Janeiro	66,3	1º	52,2	4º
Distrito Federal	35,8	6º	33,5	5º
Mato Grosso	34,0	9º	32,2	6º
Paraná	20,0	17º	31,3	7º
Pará	13,8	23º	31,2	8º
Mato Grosso do Sul	41,9	4º	31,2	9º
Bahia	16,0	20º	31,1	10º
Sergipe	33,4	10º	29,6	11º
Roraima	35,4	7º	29,0	12º
Rondônia	31,6	11º	28,1	13º
Amapá	34,3	8º	26,9	14º
Goiás	28,6	12º	26,4	15º
Rio Grande do Norte	18,0	18º	25,2	16º
Ceará	16,8	19º	25,1	17º
Paraíba	14,9	21º	24,4	18º
Minas Gerais	11,4	24º	23,6	19º
Rio Grande do Sul	21,5	15º	22,4	20º
Amazonas	20,4	16º	21,5	21º
Acre	26,6	13º	19,1	22º
Maranhão	9,2	26º	18,4	23º
Tocantins	13,9	22º	17,2	24º
São Paulo	39,1	5º	17,1	25º
Piauí	6,1	27º	14,4	26º
Santa Catarina	9,4	25º	11,3	27º

Fonte: SIM/SVS/MS

Consideremos a faixa etária de 0 a 18 anos. O Estatuto da Criança e do Adolescente define como *crianças* as pessoas de 0 a 12 anos de idade incompletos e *adolescentes*, de 12 a 18 anos. Aqui também temos um panorama bem diferenciado.

Para as crianças, a década praticamente não apresenta mudanças nas taxas, que permanecem estancadas em 0,9 homicídio em 100 mil crianças. Também não existe tendência definida na evolução para cada idade simples.

Tabela 4.1.1. Evolução do Número e das Taxas (em 100.000) de Homicídio por Idade na faixa 0-19 anos. Brasil. 1997 e 2007.

Idade/faixa	Número de Homicídios			Taxas de Homicídio		
	1997	2007	Cresc. %	1997	2007	Cresc. %
menos de 1 ano	81	77	-4,9	2,6	2,4	-5,7
1 ano	19	26	36,8	0,6	0,8	32,4
2 anos	26	18	-30,8	0,8	0,5	-33,6
3 anos	27	26	-3,7	0,8	0,8	-7,8
4 anos	14	25	78,6	0,4	0,7	66,2
5 anos	16	22	37,5	0,5	0,6	26,3
6 anos	22	28	27,3	0,7	0,8	19,6
7 anos	23	23	0,0	0,7	0,7	2,2
8 anos	27	28	3,7	0,8	0,8	5,0
9 anos	29	26	-10,3	0,9	0,8	-8,2
10 anos	36	25	-30,6	1,0	0,8	-25,6
11 anos	42	43	2,4	1,2	1,3	5,6
12 anos	55	65	18,2	1,6	1,9	22,1
13 anos	116	131	12,9	3,2	3,9	22,2
14 anos	257	315	22,6	6,9	9,4	35,8
15 anos	500	633	26,6	13,9	18,7	34,4
16 anos	860	1.081	25,7	24,0	31,6	31,6
17 anos	1.287	1.566	21,7	38,2	45,3	18,6
18 anos	1.526	1.933	26,7	46,2	55,4	19,9
19 anos	1.682	2.075	23,4	54,1	59,0	9,1
Criança*	362	367	1,4	0,9	0,9	-0,2
Adolescente**	4.601	5.724	24,4	18,7	24,1	28,8

Fonte: SIM/SVS/MS

Notas: * 0 a 11 anos; ** 12 a 18 anos

Já para os adolescentes, os números vão crescendo drasticamente, à medida que avança a idade. Entre os 12 e 15 anos, a cada ano de vida praticamente duplicam o número e as taxas de homicídio. Diferentemente das crianças, os índices crescem significativamente entre 1997 e 2007: acima de 24%.

Tabela 4.1.4. Ordenamento das UF por Taxas de Homicídio (em 100.000) na população de 0 a 19 anos de idade. Brasil. 1997/2007.

UF	1997		2007	
	Taxa	Pos.	Taxa	Pos.
Espírito Santo	18,7	4º	29,0	1º
Alagoas	7,0	13º	27,1	2º
Pernambuco	19,2	3º	27,0	3º
Distrito Federal	19,7	2º	24,2	4º
Rio de Janeiro	28,2	1º	21,2	5º
Paraná	5,6	16º	18,0	6º
Mato Grosso do Sul	11,5	7º	15,2	7º
Roraima	9,2	9º	13,0	8º
Minas Gerais	2,6	26º	11,9	9º
Pará	4,4	21º	11,8	10º
Paraíba	5,5	17º	11,5	11º
Mato Grosso	9,6	8º	11,0	12º
Bahia	6,3	14º	10,8	13º
Amapá	16,6	5º	10,7	14º
Rondônia	6,1	15º	10,6	15º
Ceará	4,8	19º	10,6	16º
Goiás	4,7	20º	10,6	17º
Rio Grande do Sul	7,4	12º	10,5	18º
Sergipe	5,5	18º	9,4	19º
Rio Grande do Norte	3,8	22º	9,1	20º
Amazonas	8,7	10º	8,0	21º
Maranhão	1,2	27º	6,2	22º
Acre	7,7	11º	6,1	23º
São Paulo	15,6	6º	6,0	24º
Santa Catarina	2,9	24º	5,7	25º
Tocantins	3,2	23º	5,3	26º
Piauí	2,7	25º	4,2	27º

Fonte: SIM/SVS/MS

As idades com maior crescimento na década vão dos 14 aos 16 anos de idade, com incremento superior a 30%. Esses dados podem ser melhor apreendidos decompondo-os de acordo com a idade simples.

A faixa entre 0 a 18 anos apresenta taxa de 12 homicídios em 100 mil habitantes, pondo o Brasil em 5º lugar numa lista de 91 países estudados. Internamente, destacam-se

pela violência os Estados do Espírito Santo, Alagoas, Pernambuco e Distrito Federal com taxas superiores a 20 homicídios por 100 mil habitantes. No extremo oposto, Piauí, Tocantins e Santa Catarina apresentam taxas abaixo de seis homicídios por 100 mil habitantes.

Entrando na faixa jovem, de 15 a 24 anos de idade, vemos que os números se avolumam de forma significativa. É nesta faixa que se concentram os maiores índices de homicídio do país, atingindo o pico dos 20 aos 21 anos de idade. Apesar de representarem apenas 18,6% da população brasileira em 2007, os jovens concentravam 36,6% dos homicídios desse ano.

A evolução dos homicídios juvenis na década acompanha os movimentos da população total, mas com maior intensidade: entre 1997 e 2003 os homicídios juvenis cresceram 38,3% -- em apenas seis anos, note-se. De 2003 a 2007, pelos motivos já apontados para a população total, os números experimentam uma queda de 11,4%.



Aqui também observamos fortes diferenças no ritmo de crescimento das áreas geográficas: se os homicídios juvenis nos Estados cresceram 22,5% entre 1997 e 2007, nas capitais os números estagnam e nas regiões metropolitanas caem 6,2% -- evidenciando o crescimento no **interior** dos Estados.

Tabela 5.1.3. Ordenamento das UF por Taxas de Homicídio (em 100.000) na população de 15 a 24 anos de idade. Brasil, 1997/2007.

UF	1997		2007	
	Taxa	Pos.	Taxa	Pos.
Alagoas	30,2	14º	125,6	1º
Pernambuco	90,9	2º	111,4	2º
Espírito Santo	86,6	3º	104,3	3º
Rio de Janeiro	117,6	1º	90,1	4º
Distrito Federal	66,4	6º	74,9	5º
Paraná	26,9	16º	67,7	6º
Amapá	79,1	4º	64,3	7º
Pará	21,6	19º	54,7	8º
Mato Grosso do Sul	50,3	7º	53,4	9º
Bahia	28,7	15º	50,1	10º
Goiás	19,5	21º	49,4	11º
Sergipe	20,9	20º	46,3	12º
Minas Gerais	11,2	25º	45,4	13º
Mato Grosso	37,2	11º	45,0	14º
Ceará	23,5	17º	44,2	15º
Paraíba	21,9	18º	44,2	16º
Rondônia	36,1	12º	42,4	17º
Roraima	48,8	8º	41,4	18º
Amazonas	39,6	9º	40,9	19º
Rio Grande do Sul	30,5	13º	40,2	20º
Rio Grande do Norte	15,0	23º	34,9	21º
Maranhão	8,1	27º	29,3	22º
Acre	39,2	10º	25,6	23º
São Paulo	70,0	5º	25,6	24º
Tocantins	16,5	22º	22,0	25º
Santa Catarina	12,0	24º	21,3	26º
Piauí	9,9	26º	19,8	27º

Fonte: SIM/SVS/MS

Colocando lado a lado os anos extremos da década analisada, vemos que também nos homicídios juvenis aconteceram mudanças de peso, acompanhando em linhas gerais a situação da população total.

Alagoas sai de uma situação de moderada tranquilidade em 1997 e salta para o primeiro lugar no *ranking* nacional de homicídios juvenis em 2007, quadruplicando sua taxa no

período. Em menor medida, também Paraná, Pará, Minas Gerais e Goiás experimentam incrementos dramáticos. Por outro lado, em Estados como São Paulo, as taxas caem também de forma intensa: SP passa da 5ª para a 24ª posição do ranking nacional. Acre, Amazonas, Rio Grande do Sul e Roraima também têm índices em queda, com posições marcadamente diferentes nos extremos da década.

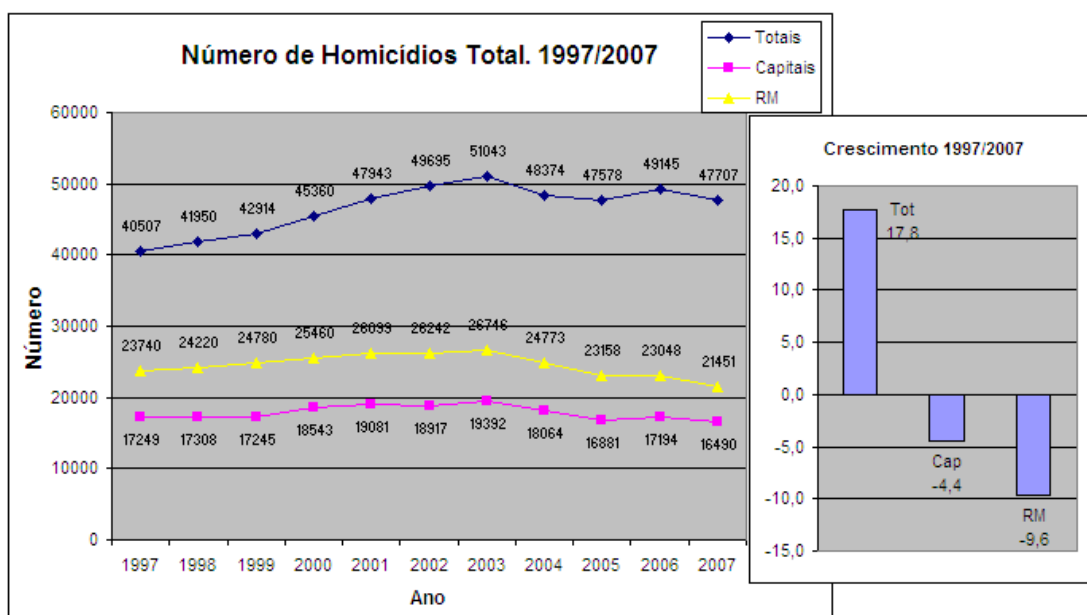
Uma questão interessante surge quando desagregamos os dados dessa faixa. Podemos observar que, na década, a mortalidade por homicídio cresceu bem mais nas idades mais novas. O maior crescimento nas taxas operou-se nos 15 e 16 anos de idade, aumentado acima de 30%. Nos 17 e 18 anos de idade, o crescimento cai para menos de 20%. Acima dos 20 anos de idade, praticamente não se observam grandes mudanças na década analisada. Esse incremento dos 15 aos 17 anos provavelmente está relacionado com a imputabilidade etária estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente, que deriva em maior aproveitamento dessa faixa no crime organizado.

Entre os jovens de 15 a 24 anos de idade, o número de homicídios cresceu sistemática e significativamente até o ano de 2003, com incrementos em torno de 5% ao ano. Já em 2004, essa tendência se reverte, quando o número de homicídios cai 5,2% em relação a 2003, queda que pode ser atribuída às políticas de desarmamento desenvolvidas a partir de 2003.

Tabela.5.1.4. Evolução do Número e das Taxas de Homicídio na População de 15 a 24 anos por idade. Brasil, 1997/2007.

Idade	Número de Homicídios			Taxas de Homicídio		
	1997	2007	Δ%	1997	2007	Δ%
15	500	633	26,6	13,9	18,7	34,4
16	860	1.081	25,7	24,0	31,6	31,6
17	1.287	1.566	21,7	38,2	45,3	18,6
18	1.526	1.933	26,7	46,2	55,4	19,9
19	1.682	2.075	23,4	54,1	59,0	9,1
20	1.819	2.079	14,3	57,4	58,5	1,8
21	1.733	2.130	22,9	55,9	59,3	6,2
22	1.631	1.995	22,3	53,8	55,0	2,4
23	1.652	1.954	18,3	55,7	53,4	-4,1
24	1.580	2.029	28,4	54,5	54,9	0,8
Total	14.270	17.475	22,5	45,1	50,1	11,0

Fonte: SIM/SVS/MS



Destacam-se as regiões Norte e Nordeste: elevados índices de crescimento de Maranhão, Pará e Alagoas quase triplicam o número de homicídios da década analisada. Piauí,

Tabela 3.1.1. Número de Homicídios na População Total por UF e Região. Brasil. 1997/2007

UF/REGIÃO	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Δ%
Acre	100	109	51	108	122	151	135	115	125	155	133	33,0
Amapá	137	163	193	155	184	181	190	173	196	203	171	24,8
Amazonas	467	536	527	557	483	512	561	523	598	697	711	52,2
Pará	746	769	637	806	955	1.186	1.383	1.522	1.926	2.073	2.204	195,4
Rondônia	357	489	434	466	565	606	559	562	552	589	435	21,8
Roraima	90	132	154	128	107	121	106	83	94	110	116	28,9
Tocantins	121	136	148	179	223	180	225	205	202	236	224	85,1
Norte	2.018	2.334	2.144	2.399	2.639	2.937	3.159	3.183	3.693	4.063	3.994	97,9
Alagoas	642	585	552	724	836	989	1.041	1.034	1.211	1.617	1.839	186,4
Bahia	1.975	1.251	890	1.223	1.579	1.735	2.155	2.255	2.823	3.278	3.614	83,0
Ceará	1.021	941	1.108	1.229	1.298	1.443	1.560	1.576	1.692	1.793	1.936	89,6
Maranhão	320	266	251	344	536	576	762	696	903	925	1.092	241,3
Paraíba	491	454	404	519	490	608	620	659	740	819	861	75,4
Pernambuco	3.710	4.428	4.200	4.276	4.697	4.431	4.512	4.173	4.307	4.478	4.560	22,9
Piauí	153	141	131	234	279	315	316	347	386	437	406	165,4
Rio Grande do Norte	237	223	226	251	316	301	409	342	408	450	594	150,6
Sergipe	190	176	338	416	532	549	473	464	492	597	526	176,8
Nordeste	8.739	8.465	8.100	9.216	10.563	10.947	11.848	11.546	12.962	14.394	15.428	76,5
Espírito Santo	1.426	1.692	1.543	1.449	1.472	1.639	1.640	1.630	1.600	1.774	1.885	32,2
Minas Gerais	1.307	1.471	1.546	2.056	2.344	2.977	3.822	4.241	4.208	4.155	4.103	213,9
Rio de Janeiro	7.966	7.570	7.249	7.337	7.352	8.321	7.840	7.391	7.098	7.122	6.313	-20,8
São Paulo	12.552	14.001	15.810	15.631	15.745	14.494	13.903	11.216	8.727	8.166	6.234	-50,3
Sudeste	23.251	24.734	26.148	26.473	26.913	27.431	27.205	24.478	21.633	21.217	18.535	-20,3
Paraná	1.586	1.633	1.698	1.766	2.039	2.226	2.525	2.813	2.981	3.095	3.112	96,2
Rio Grande do Sul	1.633	1.514	1.523	1.662	1.848	1.906	1.900	1.963	2.015	1.964	2.174	33,1
Santa Catarina	415	399	381	423	460	572	653	632	616	656	632	52,3
Sul	3.634	3.546	3.602	3.851	4.347	4.704	5.078	5.408	5.612	5.715	5.918	62,9
Distrito Federal	668	720	723	770	774	744	856	815	745	769	815	22,0
Goiás	695	636	800	1.011	1.102	1.275	1.259	1.427	1.398	1.410	1.426	105,2
Mato Grosso	767	846	825	996	986	963	929	867	907	899	892	16,3
Mato Grosso do Sul	735	669	572	644	619	694	709	650	628	678	699	-4,9
Centro-Oeste	2.865	2.871	2.920	3.421	3.481	3.676	3.753	3.759	3.678	3.756	3.832	33,8
Brasil	40.507	41.950	42.914	45.360	47.943	49.695	51.043	48.374	47.578	49.145	47.707	17,8

Fonte: SIM/SVS/MS

Rio Grande do Norte e Sergipe também ostentam elevados índices de crescimento, levando as regiões a sustentar incômodas taxas globais: 97,9% (Norte) e 76,5% (Nordeste).

Também o Sul mostra um expressivo aumento (62,9%) no número de homicídios, puxado pelo incremento de 96,2% do Paraná. Já no Centro-Oeste, os homicídios cresceram em ritmo menor: 33,8%, mas também acima da média nacional.

Mas é na região Sudeste onde encontramos a maior polarização. Por um lado há Minas Gerais, onde os homicídios cresceram 213,9% (mais que o triplo), mesmo levando-se em conta indícios de reversão a partir de 2004 principalmente na região metropolitana de Belo Horizonte, com veremos mais à frente. No outro extremo, São Paulo, com quedas expressivas e sistemáticas a partir de 1999. O número absoluto de homicídios em 2007 é metade do registrado em 1997.

GÊNERO

Nos diversos mapas divulgados, a relação direta entre mortes violentas e pessoas do sexo masculino forma uma constante histórica. Por exemplo, em 2004 eram do sexo masculino:

- 92,1% das vítimas de homicídio;
- 85,1% das mortes por acidentes de transporte e
- 78,7% dos suicidas.

INTERIORIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Já em Mapas anteriores começamos a perceber um novo fenômeno: se até meados da década de 90 as grandes metrópoles do País constituíam-se nos polos dinâmicos do crescimento da violência, na segunda metade dessa década pode-se observar estagnação e queda dos índices nas grandes capitais e regiões metropolitanas. Assim, as taxas de homicídio...

- caem, nas Capitais, de 45,7 por cem mil habitantes, em 1997, para 36,6 por cem mil, em 2007;
- caem nas dez maiores regiões metropolitanas de 48,4 por cem mil habitantes para 36,6 por cem mil;
- mas elevam-se no interior dos Estados: de 13,5 por cem mil habitantes, em 1997, para 18,5, em 2007.

Tabela 8.1.1. Taxas de Homicídio na População Total segundo Área Geográfica. Brasil, 1997/2007.

ÁREA GEOGRÁFICA	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Δ%
BRASIL	25,4	25,9	26,2	26,7	27,8	28,5	28,9	27,0	25,8	26,3	25,2	-0,7
CAPITAIS	45,7	45,3	44,6	45,8	46,5	45,5	46,1	42,4	38,5	38,7	36,6	-19,8
REG. METROPOLITANAS	48,8	49,1	49,5	48,9	49,3	48,9	49,1	44,9	40,7	39,9	36,6	-25,0
INTERIOR	13,5	14,0	14,3	15,1	16,3	17,6	17,9	17,2	17,4	18,2	18,5	37,1

Fonte: SIM/SVS/MS

Estes dados indicam claramente uma mudança nos polos dinâmicos da violência homicida. Isso não significa que os números ou as taxas de homicídio do interior são maiores que os dos grandes centros urbanos; indica, simplesmente, que o crescimento dos homicídios, concentra-se agora em municípios do interior dos Estados.

Quais seriam as causas dessa reversão? Em primeiro lugar, a emergência de polos de crescimento em municípios do interior de diversos estados do País; atraindo investimentos e gerando emprego e renda, tornam-se também atraentes para a criminalidade, ainda mais diante da virtual ausência de esquemas de proteção do Estado.

Em segundo lugar, os investimentos em segurança nas capitais e nas grandes regiões metropolitanas, declaradas “prioritárias” a partir do novo Plano Nacional de Segurança Pública de 1999, e do Fundo Nacional de Segurança, instituído em janeiro de 2001. Foram canalizados recursos federais e estaduais principalmente para aparelhamento dos sistemas de segurança pública nos grandes conglomerados. Isso dificultou a ação da criminalidade organizada, que migrou para áreas de menor risco – justamente o interior dos Estados.

Em terceiro lugar, a maior cobertura dos sistemas de coleta de dados de mortalidade, principalmente no interior do País, onde diminui a sub-notificação existente. Fenômenos que antes não eram registrados começam a incidir nas estatísticas de mortalidade.

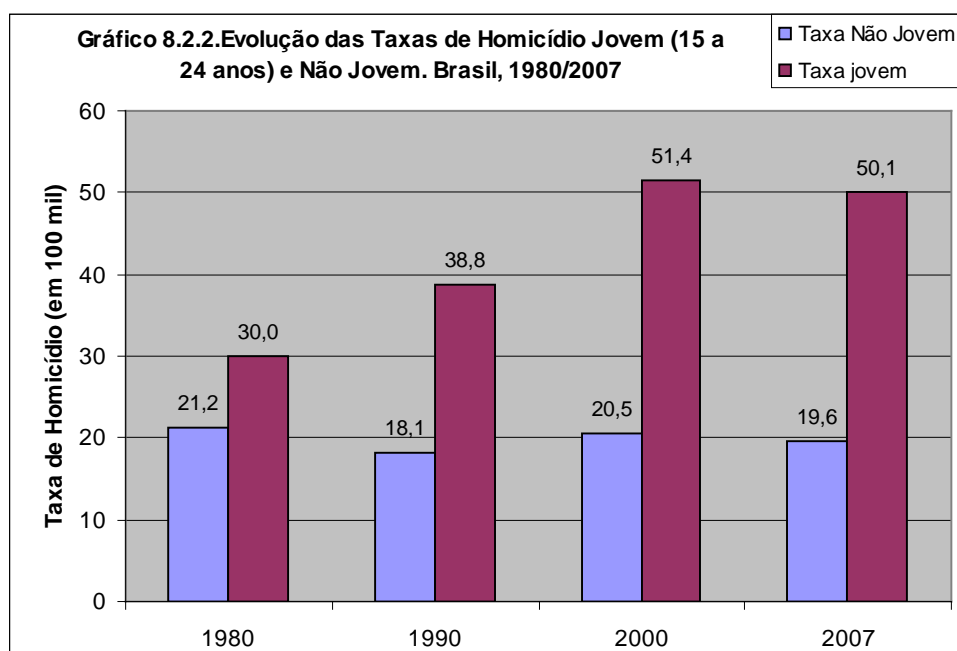
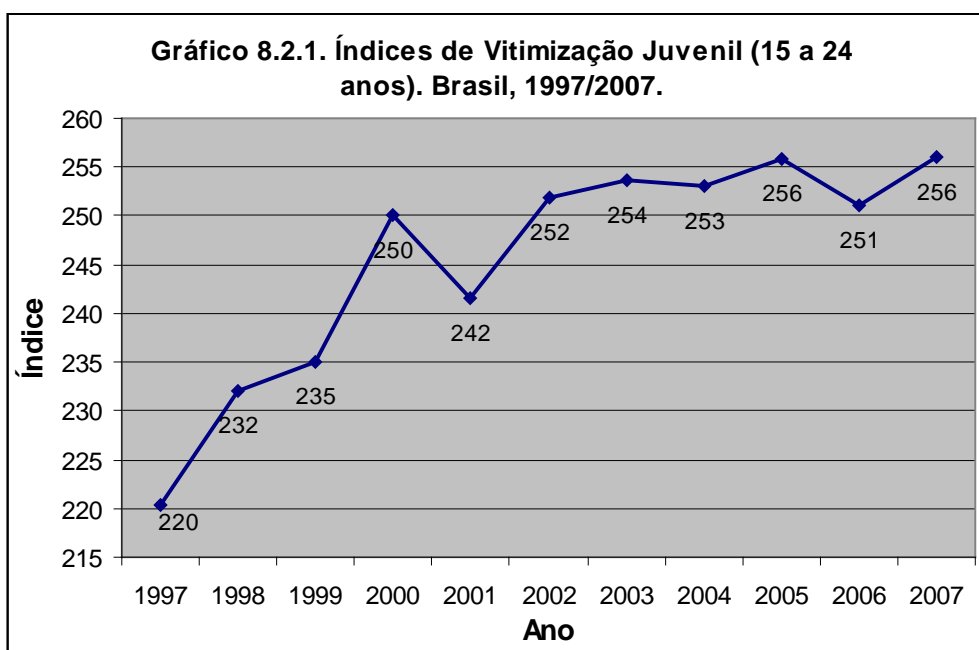
Por um ou outro motivo, as novas configurações espaciais reformulam o dinamismo da letalidade homicida – centrado, até esse momento, nos grandes centros urbanos. São os já mencionados polos interioranos de desenvolvimento: municípios de fronteira; áreas de turismo predatório (principalmente áreas litorâneas); zonas de grilagem e de grandes empreendimentos agrícolas vinculados ao desmatamento amazônico; zonas tradicionalmente acoçadas por pistoleiros; etc.

VITIMIZAÇÃO JUVENIL

Ao longo dos diversos capítulos foi possível evidenciar que, a partir da década de 1980, o aumento da violência homicida no país foi fundamentalmente causado pelo crescimento descontrolado dos homicídios entre os jovens. Entre 1980 e 2007, fora da faixa dos 15 aos 24

anos de idade, os índices de homicídio permaneceram estagnados ou até caíram levemente. Em 1980 as taxas de homicídio entre não-jovens foram de 21,1 a cada 100 mil; já em 2007, essa taxa cai para 19,8 em 100 mil. Entre os jovens de 15 a 24 anos de idade, porém, o caso é outro. Se em 1980 a taxa de homicídios foi de 30 para cada 100 mil jovens, em 2007 chegou a 50,1 para cada 200 mil. Isso revela, de forma inequívoca, a exclusiva participação juvenil no drama do crescimento da violência letal do País. Pode-se afirmar, portanto, que a história recente da violência homicida no Brasil é a história do desenvolvimento de sua questão juvenil. Uma não terá solução sem a outra.

Essa focalização da mortalidade juvenil por homicídios ainda não foi revertida. Seu forte crescimento, registrado até o início da presente década, hoje se estagnou; mas ainda apresenta tendência de aumento paulatino, evidenciado no gráfico a seguir.



Os aspectos apontados até aqui exigem uma séria revisão das políticas vigentes de combate e enfrentamento da violência. Os caminhos dessa revisão não são difíceis de delinear:

- Promover políticas e estratégias que estimulem a plena inserção e o protagonismo dos principais atores e vítimas desse processo, os jovens e os negros;
- Articular esforços e iniciativas do setor público (nas esferas federal, estadual e municipal) e da iniciativa privada, das organizações não governamentais e da sociedade.
- Desenvolver estratégias que promovam o conhecimento, a revalorização e o fortalecimento das identidades de jovens e negros; bem como sua participação, como setor ativo e consciente, da construção da cidadania e do desenvolvimento do País.

Se este documento contribuir de alguma forma para alcançar esse objetivo, terá cumprido sua finalidade e tornado válido o esforço de sua elaboração.

